



Município de Rio Bonito do Iguaçu

Estado do Paraná

7ª Legislatura

3ª Sessão Legislativa

31ª Sessão Ordinária

ATA Nº 036/2019 – SESSÃO ORDINÁRIA

Aos sete dias do mês de Outubro do ano de dois mil e dezenove as dezenove horas na sede da Câmara Municipal de Rio Bonito do Iguaçu, Estado do Paraná, sob a Presidência do Vereador Irineu Ferreira Camilo, o qual fez à verificação da presença dos Senhores Vereadores pela ordem: Claunir Viola, Derli Padilha, Edson Rodrigo Camargo, José Ferreira da Silva, Luiz Fernando Moreira, Milton Rodrigues da Silva, Olide Bovino e Oseias de Oliveira. O Senhor Presidente verificando quórum legal deu início aos trabalhos da hora do expediente. Pediu à secretária que faça a leitura da ata anterior. O vereador José Ferreira da Silva pediu a dispensa da leitura da referida ata. Ata aprovada por unanimidade. Deu entrada as seguintes matérias: Mensagem nº 039/2019 subscrita pelo senhor Prefeito Municipal Ademir Fagundes encaminhando Projeto de Lei nº 032/2019, que dispõe sobre o orçamento municipal para o exercício de 2020. O senhor Presidente explicou que se trata da LOA, para o exercício de 2020, previsão de R\$58.000.000,00, dividido em 12 meses, ficam mais de 04 milhões ao mês, o que não se distancia muito do valor deste ano. Aceito pela entrada Encaminhe-se a Comissão de Legislação, Justiça e Redação para parecer sobre sua legalidade e constitucionalidade. Ofício nº 248/2019 subscrito pelo senhor Prefeito Municipal Ademir Fagundes encaminhando resposta referente ofício 141/2019 do Pedido de Informação nº 020/2019. O senhor Presidente informou que se trata de um pedido de informação solicitado ao executivo se realmente houve pagamento das ruas e em que ano ocorreu o pagamento, informação referente o projeto de lei dos dois milhões de reais, para asfalto no quadro urbano do município. Fica comunicado o plenário Arquite-se. Convite subscrito pela Secretaria Municipal de Saúde que convida a todas as mulheres para participar da campanha de prevenção do câncer de mama e colo do útero. Data: 10/10/2019 às 14h00min no Centro Comunitário de Rio Bonito do

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

Iguaçu. Fica comunicado o plenário Arquite-se. Nada mais havendo na matéria de expediente, passa-se para matéria de discussão única e votação. Nada havendo em matérias de discussão única e votação. Passa-se para matérias de primeira discussão e votação. Nada havendo na matéria de primeira discussão e votação, passa-se para matéria de segunda Discussão e votação. Deram entrada as seguintes matérias: Projeto de Lei nº 025/2019 de autoria do executivo municipal solicitando abertura de crédito adicional especial no orçamento do exercício de 2019, no valor de R\$2.000.000,00 e dá outras providências. O vereador Luiz Fernando Moreira explicou que realizaram muitas discussões sobre este nas comissões, tiveram muitas duvidas em relação às dividas do município, devido já haver um financiamento, compra de maquinários que está parado por falta de óleo diesel, na questão da saúde, o pagamento da ASSISCOP cinco meses atrasados. Frisou que este mesmo projeto já foi aprovado em outras gestões, com as mesmas ruas, e este projeto vem a colocar asfalto em ruas que tem o calçamento novo, enquanto há ruas no município que não possuem ao menos o calçamento. Salientou que a luta dos vereadores é atender todo o município, depois de muitas discussões para não prejudicar as pessoas que já pagaram o calçamento resolveram votar favorável á este projeto de lei. O vereador Milton Rodrigues da Silva disse que em uma situação por “birra” política se os vereadores não aprovarem o projeto, podem se passar trinta anos e não vai ser feito nada no município. Frisou que há assuntos polêmicos na câmara mais não há um por cento para parabenizar aos vereadores, somente para apedrejar, como por exemplo, a questão do carro que repercutiu recentemente. Enunciou que na inauguração desta obra se aprovada, se existir um santo na historia, é a população e os vereadores que estão aprovando o projeto, pois com certeza haverá deputados que irão querer receber os aplausos. Informou que serão os próximos prefeitos que irão pagar este financiamento, e que se trata de uma jogada do governo, se tratando de um projeto para financiamento padrão. O vereador Edson Rodrigo Camargo disse que na sessão passada votou contrário ao projeto e novamente repete que o seu voto continua contrário, devido á várias tentativas de alterar algumas ruas, se tratando de um financiamento se sabe que é dinheiro dos cofres públicos, e há ruas nos municípios que são mais válidas e deveriam estar neste projeto, citou as ruas do campo AERBI e Rua Morandi Rizzo Bernardi, que no seu ponto de vista é a mais necessitada, pois moradores desta rua pagaram pelo serviço, o qual não foi executado ainda. Frisou sobre a sua comunidade do Campo do Bugre, pois gostaria que fosse incluso no projeto, disse que no seu entendimento são estas questões que o levaram a votar contra ao mesmo, mais diferente de comentários, é vereador do município todo e trabalha pensando no geral da população Rio Bonitense. O vereador Claunir Viola explicou não é um projeto simples, é um financiamento que no seu termino irá passar de três milhões de reais, indagou que quando assumiu como vereador pediu ao prefeito municipal que dialogasse com os vereadores, pois cada um tem sua opinião. Questionou o motivo de o prefeito não acatar as ideias dos nobres, ter discutido antes do projeto vir á esta casa de leis, e inda muitas vezes colocando a população contra os vereadores. Frisou que não é sua vontade votar favorável a este projeto, pois para fazer este financiamento o executivo deveria estar em dia com a população e com o comercio. Deixou claro que seu voto é favorável a este projeto, mais não concorda com muitas questões deste. O senhor presidente informou que tentaram incluir algumas ruas neste projeto, sendo: Avenida Euclides Ribeiro, tanto da XV descendo ao antigo Langner, que existe o calçamento, mais é de péssimas condições, como em direção a COHAPAR que é estrada de chão, Rua Maximiliano Nogueira, XV de Novembro, Rua Arthur Bortoluzzi que também é estrada de chão, como mais algumas, que não foram atendidas e o prefeito municipal encaminhou uma resposta aos vereadores dizendo que se os mesmos quisessem aprovar seria da maneira que se encontra o projeto. Frisou que o atual prefeito prometeu em redes sociais e inclusive muitas destas já encaminhou a esta casa

[Handwritten signatures and notes at the bottom of the page, including names like 'Luiz Fernando Moreira', 'Milton Rodrigues da Silva', 'Edson Rodrigo Camargo', and 'Claunir Viola'. There is also a signature 'Juana C.M.' on the right side.]

de leis a abertura de credito, sendo asfalto para a prainha, o qual disse que estava certo mais de um milhão do ministério do turismo, asfalto para o pinhalzinho, Linha Rosa, de um milhão e quinhentos mil, aprovado a abertura de credito nesta casa, Calçamento do Arapongas para a Sede, Calçamento da Barraginha para o Centro Novo, Calçamento e Asfalto no Campo do Bugre, todos estes encaminhados ou pronunciados pelo prefeito municipal, e de fato o que veio para o município foi um milhão para a COHAPAR e que inclusive tem contribuição do deputado que o nobre vereador representa. Questionou onde estão os outros recursos, pois o prefeito municipal diz que o município não vai bem por causa dos vereadores, indagou que quer que o mesmo cite quais os projetos importantes que foram reprovados. Ressaltou que sobre o financiamento, o mesmo tem carência de doze meses, portanto o próximo prefeito é quem começará a pagar a dívida de R\$37.000,00 ao mês, mais como citaram alguns vereadores se reprovarem o projeto, os mesmos sairão por ruínas, devido ser a única obra que será feita no município. Salientou que estão faltando saúde, educação, estradas e é falta de gestão, falta de colocar as pessoas certas nos lugares certos para produzirem mais para a população, disse que falta um bom gestor, com conhecimento, com postura e dialogo para fazer as correções necessárias. Colocou em votação nominal. Votaram favoráveis ao projeto de lei os vereadores: Luiz Fernando Moreira, José Ferreira da Silva, Milton Rodrigues da Silva, Oseias de Oliveira, Claunir Viola, Derli Padilha e votaram contrários ao projeto de lei os vereadores Olide Bovino e Edson Rodrigo Camargo. O senhor presidente declarou seu voto favorável ao projeto de lei. Aprovado pela maioria dos vereadores. Faça-se a lei. Projeto de Lei nº 031/2019 de autoria do executivo municipal solicitando abertura de crédito adicional especial no orçamento do exercício de 2019, e dá outras providências. O senhor presidente explicou que o prefeito municipal esta solicitando a autorização legislativa para a devolução do valor de R\$58.000,00 ao ministério do turismo, referente à obra do centro do idoso, a qual foi realizada trabalho da comissão e verificado que a obra não foi concluída, não sendo culpa da empresa, pois o que estava projetado à mesma cumpriu, mais a mesma esperava que o município fosse pedir aumento de meta e aditivo de prazo para a conclusão da obra, foi informada por documento que o executivo desistiu de realizar estes procedimentos e está solicitando a devolução deste montante ao órgão concedente. Informou que em primeira discussão e votação o projeto de lei foi rejeitado por unanimidade, mais durante a semana o mesmo foi procurado pelo assessor jurídico do executivo e acredita que os demais vereadores também foram procurados, onde pediram para que votassem a favor do projeto, por várias situações. Frisou que realmente o convênio já venceu, não pediram a prorrogação de prazo e a prestação de contas é até o final deste mês, informou que este recurso é uma indicação do nobre vereador com o ex-vereador João Bovino, montante no valor de R\$250.000,00 e destes eles gastaram R\$197.000,00 mais ou menos, sobrando em torno de R\$50.000,00 mais o rendimento financeiro. Enunciou que é muito difícil conseguir estes recursos e quando se consegue, não está sendo aplicada sua totalidade no município. O vereador Luiz Fernando Moreira frisou que chegou à esta situação de precisarem devolver dinheiro devido à incapacidade do gestor publico e do poder executivo. Disse que já houve este problema no mandato anterior em cascalhamento para o assentamento no valor de R\$ 300.000,00, devido a não terem feito o aditivo, encaminharam o pedido de devolução a qual foi rejeitada por esta casa. O vereador Milton Rodrigues da Silva frisou que sua primeira votação foi contraria ao projeto, mais nesta votação será favorável, explicou que procurou estudar este convênio, e estes R\$58.000,00 se for reprovado a devolução, o valor terá que ser retirado do recurso livre, pois é necessário fazer a devolução independente de qualquer coisa, ou o órgão irá penalizar o município. Frisou que o município deveria fazer uma nota se retratando com a população e que arrisca ser aberto inquérito administrativo para a equipe técnica da prefeitura, pois o município não tem dinheiro para fazer

